

CADERNO DE EXPERIÊNCIAS DE MUNICÍPIOS MINEIROS SOBRE

VIGILÂNCIA

SOCIOASSISTENCIAL

Este caderno reúne experiências práticas de municípios mineiros na implantação da Vigilância Socioassistencial, destacando desafios enfrentados, estruturas organizacionais e produtos gerados.



DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

FICHA TÉCNICA E EXPEDIENTE

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-Governador

Mateus Simões de Almeida

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

Alessandra Diniz Portela Silveira

Subsecretária de Assistência Social

Mariana de Resende Franco

Superintendente de Gestão do Suas, Vigilância e Capacitação

Gabriele Sabrina da Silva

Diretor de Vigilância Socioassistencial

João Paulo Freire Jardim

Elaboração e Revisão

Amanda Pereira dos Santos

Gabriele Sabrina da Silva

João Paulo Freire Jardim

Sara Alves de Oliveira

Solange Aparecida dos Santos

Suzanne Cristina Horta

Colaboração

Fabio Junior do Carmo – Município de Capelinha

Maria Aparecida Nunes – Município de Nova Serrana

Thiara Marcia Mendes – Município de Taiobeiras

Bruno Dias de Oliveira – Município de Campo Florido

Uiliane Pereira – Município de Mateus Leme

Dayane Ribeiro da Silva Carvalho – Município de Planura

Wisley Ferreira Nascimento – Município de Januária

Diagramação

Pedro Henrique Ferreira da Rocha

Todos os direitos reservados.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Subsecretaria de Assistência Social

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves

Rod. Papa João Paulo II, 4.143, Bairro Serra Verde

Belo Horizonte/MG CEP 31630-900

Edifício Minas, 14º andar

Abril de 2022.

APRESENTAÇÃO

Com as novas configurações sociais e com as complexidades dos territórios, torna-se cada vez mais latente os desafios referentes à gestão governamental e à oferta de serviços públicos à população. Desafios estes cujo enfrentamento pressupõe a organização efetiva da Vigilância Socioassistencial. O desenvolvimento de capacidades de planejamento e gestão torna-se crucial para o fortalecimento e consolidação da assistência social como política pública, a qual compete garantir ou mediar o acesso a direitos sociais específicos. Nesse contexto, os processos de produção, análise e utilização de informações ganham relevância na medida em que possibilitam qualificar a intervenção dos agentes públicos de forma que suas ações produzam processos e resultados mais condizentes com as expectativas e necessidades da população em geral e, em particular, dos segmentos sociais mais vulneráveis.

Nessa perspectiva, este documento tem como objetivo apoiar técnicos e gestores municipais envolvidos no desafio de implantação da Vigilância Socioassistencial. Nele, o leitor encontrará uma sistematização de experiências de municípios que já vivenciaram esse processo, assim como informações sobre os desafios enfrentados, a estrutura existente e os produtos gerados.

É fato que, em alguma medida, parte das atividades de Vigilância abordadas neste documento já são realizadas pelos municípios. Entretanto, ao serem realizadas de maneira dispersa, incompleta e assistemática raramente alcançam os resultados necessários para impactar em melhorias na gestão e nos serviços. A vigilância deve ser capaz de ampliar a capacidade de resposta da política frente às necessidades da população.

E para isso, é fundamental que a função seja estruturada em um plano de trabalho concreto - o que não se trata de tarefa simples: exige apoio institucional, investimento de recursos, priorização de tarefas, exclusividade de tempo de trabalho, profissionais com perfil adequado, capacitação das equipes, dentre outras questões. Portanto, passa diretamente pela decisão da gestão municipal estabelecer um cenário favorável, garantir condições adequadas e sustentar o processo de implementação da vigilância.

Esperamos, com esse material de apoio, contribuir para o avanço da organização das ações de vigilância nos municípios, o que certamente produzirá um salto de qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais aos usuários e inúmeros benefícios à gestão municipal.

SUMÁRIO

1) CAPELINHA	5
a. <i>Implementação</i>	5
b. <i>Estrutura.....</i>	6
c. <i>Desafios.....</i>	6
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	7
2) NOVA SERRANA	9
a. <i>Implementação</i>	9
b. <i>Estrutura.....</i>	10
c. <i>Desafios.....</i>	10
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	11
3) JANUÁRIA	12
a. <i>Implementação</i>	12
b. <i>Estrutura.....</i>	13
c. <i>Desafios.....</i>	13
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	14
4) CAMPO FLORIDO	15
a. <i>Implementação</i>	15
b. <i>Estrutura.....</i>	16
c. <i>Desafios.....</i>	16
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	17
5) TAIÓBEIRAS.....	19
a. <i>Implementação</i>	19
b. <i>Estrutura.....</i>	20
c. <i>Desafios.....</i>	20
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	21
6) MATEUS LEME.....	22
a. <i>Implementação</i>	22
b. <i>Estrutura.....</i>	23
c. <i>Desafios.....</i>	23
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	24
7) PLANURA	25
a. <i>Implementação</i>	25
b. <i>Recursos.....</i>	26
c. <i>Desafios.....</i>	26
d. <i>Experiências práticas do município.....</i>	27
8) ANEXO I - REGISTRO DE ATENDIMENTO CADÚNICO – MUNICÍPIO CAPELINHA.....	29
9) ANEXO II – MAPA DAS REGIÕES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS – MUNICÍPIO CAPELINHA	32
10) ANEXO III – PLANO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR - MUNICÍPIO CAPELINHA	33
11) ANEXO IV – RELATÓRIOS POPULACIONAIS E GERENCIAIS - MUNICÍPIO NOVA SERRANA	37
12) ANEXO V – FORMULÁRIO COMPLEMENTAR AO RMA - MUNICÍPIO CAMPO FLORIDO	39
13) ANEXO VI – MAPA DOS TERRITÓRIOS - MUNICÍPIO CAMPO FLORIDO.....	42
14) ANEXO VII – RELATÓRIOS DE ATENDIMENTOS DOS SERVIÇOS - MUNICÍPIO CAMPO FLORIDO.....	44

1) CAPELINHA

O município de Capelinha pertence à Regional SEDESE Diamantina, é classificado como Pequeno Porte II, conforme IBGE, e possui uma população de 38.321 habitantes¹, sendo aproximadamente 29% rural. Capelinha dispõe de 3 CRAS e 1 CREAS, de acordo Censo SUAS 2021, e possui a vigilância socioassistencial instituída formalmente como coordenação na estrutura administrativa do órgão gestor.

a. Implementação

Em 2011, a gestão municipal de assistência social, por iniciativa própria, identificou a necessidade de compor um setor de vigilância socioassistencial no município, iniciando, assim, o processo de implementação dessa função no escopo de atuação da política. Este processo iniciou-se pela análise da estrutura existente e dos elementos e recursos necessários à sua efetiva implantação e execução. Para tal, foi de suma importância o conhecimento das normativas e cadernos de orientação pelas equipes, que direcionaram a elaboração do plano de trabalho construído especificamente para a implementação da vigilância no município. Em 2012, foi encaminhado ao legislativo uma proposta de alteração da Lei de regulamentação do SUAS a fim de incluir a vigilância socioassistencial em seu texto. Essa proposta foi aprovada e estabeleceu oficialmente e formalmente a presença dessa função no município de Capelinha.

Em seguida, a operacionalização das atividades foi oportunizada através da contratação, via licitação, de um prestador de serviços para executar as ações relacionadas. Tal contratação justifica-se pela inexperiência da equipe na temática, exigindo um suporte externo mais robusto no primeiro momento. Cabe ressaltar que, apesar da contratação externa, a(o)s técnica(o)s e a(o)s gestora(e)s participaram ativamente do processo, acompanhando e atuando de forma conjunta na execução das ações. Este envolvimento possibilitou também o aprendizado e a capacitação dessa equipe no que diz respeito às ações de vigilância.

Apesar de estabelecida formalmente na Lei do SUAS do município em 2012, a vigilância ainda não estava constituída formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor da assistência de Capelinha. Fato esse que foi alterado em 2015, quando esta foi introduzida na estrutura orgânica da Prefeitura. A prestação de serviço, com isso, foi encerrada e um profissional foi contratado pela própria prefeitura para executar as atividades, uma vez constatada a essencialidade do serviço ao longo desses 3 anos.

Em 2017, avançando e consolidando sua posição ante a gestão do SUAS, o setor passou a ser uma coordenação dentro do órgão gestor, fortalecendo ainda mais seu caráter institucional e garantindo sua continuidade ao longo do tempo. Em 2019, foi contratado um novo profissional, com o objetivo de agregar habilidades e competências, bem como implementar novas ferramentas, potencializando as ações até então desenvolvidas e aprimorando os processos e produtos executados.

¹ Número estimado no ano de 2021 segundo IBGE.

O que se iniciou por uma decisão individual da gestão, hoje é um campo gerencial consolidado no município, que possui não apenas a compreensão de sua importância pelos profissionais, mas também que recebe demandas dos demais setores do órgão gestor. O município possui vários processos e produtos implementados, que podem ser consultados nos anexos ao final deste caderno.

b. Estrutura

No processo de implementação da vigilância, ocorreram despesas com a contratação de um prestador de serviço, equipamentos para estruturar a sala (mesa, computador, acesso a internet, arquivo, etc.) e produção de materiais. Além disso, foi designada uma pessoa da equipe da gestão, com formação em serviço social, para atuar junto com o profissional contratado.

Atualmente são utilizados recursos do IGDSUAS e recursos próprios para atendimento das demandas do setor de vigilância socioassistencial no município. Cabe ressaltar que as atividades, atualmente, não exigem grande volume de recursos financeiros, mas organizacionais e informacionais, dado que existem várias ferramentas já implementadas e processos e fluxos estabelecidos. Esses produtos foram elaborados através de dispositivos, programas e aparatos digitais disponíveis gratuitamente.

Quanto à equipe, atualmente a vigilância conta com apenas um profissional, que ocupa o cargo de Coordenador do setor e cuja formação é em serviço social.

Dois aspectos foram destacados com relação às características do profissional desse setor: exclusividade e perfil adequado. Foi imperativa a participação de um profissional designado pela gestão para ser referência técnica exclusiva da vigilância, fato esse decisivo para o pleno êxito da implementação da vigilância. É uma função complexa e de grande volume de atividades, que demanda um esforço próprio. Além de exclusivo, outro ponto crítico para o processo é a seleção de um profissional que tenha perfil congruente às atividades correlatas à função. Foram destacadas habilidades como: interesse pela temática, disponibilidade para se capacitar, aptidão em sistematizar, analisar e produzir dados, propensão a lidar com ferramentas digitais e facilidade na comunicação.

c. Desafios

O desafio inicial identificado no município foi a escassez de orientações sobre a própria vigilância, haja visto que na época da implementação, em 2012, muito pouco se tinha disponível sobre a temática. Somado a isso, havia também uma baixa oferta de capacitações sobre o SUAS, especificamente sobre a vigilância socioassistencial, o que demandou dos próprios profissionais um esforço maior para o aprendizado. Atualmente, já se encontram disponíveis muitos outros materiais, cadernos de orientações, manuais e experiências, que subsidiam constantemente o aprimoramento do trabalho. Além disso, o município recebeu apoio técnico e assessoramento de outros órgãos governamentais, inclusive da SEDESE, para organização do trabalho e implementação da vigilância.

Outro problema identificado inicialmente no município foi a fragilidade dos dados do Cadastro Único. Informações incompletas, divergentes da realidade ou defasadas dificultaram um diagnóstico inicial sobre a realidade - conforme avaliação da equipe. Foi, portanto, um desafio melhorar a qualidade do dado, ou seja, torná-lo mais atualizado e exato. E, assim, elaborar diagnósticos mais apurados que orientaram o planejamento.

Apesar dos avanços constatados no município, a disseminação das informações sobre os serviços, benefícios e equipamentos é sempre um desafio, sobretudo aos usuários. A vigilância em Capelinha constantemente busca alternativas para divulgação, envolvendo atores locais no processo e utilizando ferramentas mais acessíveis.

Ter diagnósticos qualificados que permitam avaliar a adequação entre as ofertas e a demanda é outro desafio destacado. Por vezes não se tem diagnósticos, em outras, o diagnóstico não possui dados suficientes para se fazer a análise desejada, ou ainda, os dados não se relacionam de tal forma a garantir a avaliação da cobertura, acesso e qualidade das ofertas frente às demandas que cada território possui. Um esforço despendido em Capelinha foi o de produzir diagnósticos situacionais que permitissem avaliar e orientar o trabalho. Diagnósticos esses que não precisam ter alto grau de sofisticação, mas sim, informações simples e urgentes para as análises momentâneas.

A atual circunstância de saúde pública vivenciada se apresentou também como um grande desafio à gestão e à execução dos serviços no município. A pandemia impôs restrições que afetaram diretamente a coleta, análise e divulgação de informações, além de dificultar substancialmente a oferta dos serviços. Neste contexto, a vigilância se fez ainda mais importante e sensível no que diz respeito ao planejamento e orientação do trabalho. O município se organizou e tem se organizado para buscar alternativas aos métodos antes praticados e que por ora são insuficientes ou impraticáveis. A adoção de formulários online para coletas de informações foi uma importante estratégia para manutenção dos diagnósticos e relatórios.

Segundo o coordenador do setor de vigilância de Capelinha, baseado nas experiências dos servidores envolvidos no processo, são sugestões aos municípios que irão iniciar o processo:

- 🔍 Avaliar se a vigilância socioassistencial está prevista na Lei que regulamenta o SUAS no município. Se não estiver, propor tal alteração/inclusão ao legislativo;
- 🔍 Através de lei, instituir o setor da vigilância na estrutura administrativa do órgão gestor;
- 🔍 Planejar as necessidades para o processo de implementação e definir uma previsão de orçamento mínimo para despesas com as atividades de vigilância (pessoal, materiais, estrutura física, etc.) e sua respectiva fonte (IGDSUAS, recurso próprio, etc.);
- 🔍 Designar pelo menos um servidor exclusivo para ser a referência técnica da vigilância.

d. Experiências práticas do município

A vigilância tornou-se uma referência essencial à execução dos serviços e à gestão do SUAS no município de Capelinha, sendo demandada frequentemente pelo órgão gestor e pelos equipamentos do SUAS. Para estes, o setor fornece dados, apresenta avaliações e produz análises que orientam as tomadas de decisão, o planejamento e as ofertas de serviços, tanto da assistência social quanto de outras políticas públicas. Um exemplo de tal funcionalidade é o subsídio de informações estruturadas sobre os usuários e famílias para os processos de seleção e concessão de benefícios pela prefeitura (dados de renda, emprego, atendimentos no SUAS, estrutura do domicílio, composição familiar, perfil dos membros da família, acesso a benefícios outros, etc.).

Um dos instrumentos criados pelo município foi um formulário (disponível nos anexos) com questões não abordadas no Cadastro Único que eram necessárias para subsidiar a gestão. Este formulário foi elaborado de forma conjunta com as equipes do SUAS a partir de um processo avaliativo a respeito dos dados faltantes no Cadastro. Além desse, outros formulários foram criados pelo município - detalhados nos anexos -, para fins específicos, sempre a partir da mesma metodologia: os formulários são elaborados em conjunto com as equipes, disponibilizados para o uso dos técnicos e gerenciados e monitorados pela equipe da vigilância que, por sua vez, coleta, analisa e produz informações que retornam para as unidades como feedback. Além disso, foi estabelecido um cronograma de reuniões periódicas com as equipes, para monitoramento e avaliação da oferta dos serviços e demandas dos equipamentos.

Outra importante ação foi a criação de materiais e a utilização de ferramentas digitais para compartilhamento de informações. Essa atividade, por ser sistemática e contínua, permite difundir os dados, capacitar a equipe, orientar o trabalho, articular a rede e qualificar as informações.

Foram estabelecidos também fluxos entre as equipes e os departamentos, determinando responsabilidades por cada ação, instrumentos de registros, periodicidade de preenchimento e prazos para os envios/registros. Além de manuais para os serviços, sistemas e orientações para os processos, a fim de alinhar os conceitos entre todos os técnicos usuários das informações dos SUAS.

Para enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia, criou-se um grupo estratégico de trabalho entre as unidades do SUAS para avaliar o cenário vigente e fazer as devidas adequações nos instrumentais, de forma a atender as demandas específicas do período ante os recursos disponíveis. Foram e são elaborados diagnósticos e mapeamentos para subsidiar as ofertas dos serviços e identificar as fragilidades da gestão. Com isso, adaptações são propostas constantemente pelas equipes e pela gestão, contribuindo para o permanente aprimoramento das ferramentas utilizadas.

Atualmente, está sendo desenvolvido no município o georreferenciamento dos serviços, isto é, a identificação espacial dos equipamentos e serviços e a distribuição da população e dos fenômenos sociais ao longo do território, etc. Espera-se com esse mapeamento melhorar a capacidade de avaliação quanto à cobertura e ao acesso aos serviços pela população que deles necessitam. O objetivo com esta ação

é analisar se as ofertas são adequadas às demandas dos usuários e da população em geral.

O município teve ainda algumas experiências que não tiveram o resultado esperado. Como, por exemplo, a tentativa de realizar o cadastro do CadÚnico de forma remota, que não funcionou como o previsto devido às limitações dos equipamentos. Outra iniciativa que não teve sucesso foi a tentativa de criar uma ferramenta de elaboração de parecer eletrônico para concessão de benefícios. A ferramenta adotada não atendeu todas as especificações necessárias, sendo preciso sua reavaliação. Também não foi exitosa a tentativa de mapear as visitas domiciliares e suas respectivas motivações. Os registros não apresentaram o resultado esperado, o que prejudicou a avaliação do serviço. Mas cabe ressaltar que ações como essas foram importantes para a revisão e a avaliação dos instrumentais, bem como para direcionamento de esforços e recursos.

2) NOVA SERRANA

Município pertencente à Regional SEDESE Divinópolis, de Porte Médio, com população de 108.241 habitantes², sendo aproximadamente 5% rural. O município de Nova Serrana dispõe de 3 CRAS, 1 CREAS e 1 Centro POP, conforme Censo SUAS 2021. Além disso, não possui a vigilância socioassistencial instituída formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor, bem como equipe exclusiva para a função.

a. Implementação

Em 2017, a nova gestão iniciada no município verificou a necessidade de desenvolver ações de gestão das informações do SUAS, iniciando assim, os primeiros passos para implementação da vigilância socioassistencial. À época, havia uma compreensão, pelo gestor da assistência social, a respeito da relevância da vigilância para a produção de dados qualificados como subsídio à gestão e à oferta dos serviços.

Tomou-se, então, a decisão de contratar um sistema privado voltado para a assistência social e, desde então, a gestão da informação ocorre através deste software. Durante os anos de 2017 e 2018 as ações se limitavam ao preenchimento deste sistema. À época, a equipe da vigilância era composta apenas por uma pessoa e que, além disso, não era exclusiva para essa função.

Em 2019, contudo, a gestão decidiu designar um profissional com perfil adequado às demandas e ações relacionadas à função de vigilância, o que possibilitou o aprimoramento e o avanço na concretização da função da vigilância no município. Mais que preencher sistemas, havia a compreensão da necessidade da leitura e interpretação dos dados para se conhecer a realidade dos territórios e orientar a atuação dos técnicos. A vigilância, então, articulou a rede para elaboração de diagnósticos que foram fundamentais para conhecer a realidade do município para além dos números.

Cabe destacar que foram implantadas pelo município ações simples, mas de grande impacto para gestão do SUAS. Essa foi e é a perspectiva de atuação do órgão

² Número estimado em 2021, segundo IBGE.

gestor no desenvolvimento da vigilância: atuar sempre de forma simples e objetiva, atendendo as demandas mais urgentes. Foi, assim, estabelecida uma cultura gerencial, onde a organização das atividades seguiu o seguinte modelo - que ainda é seguido pelo município:

- Q 1 - Diagnóstico
- Q 2 - Planejamento
- Q 3 - Organização dos fluxos e processos
- Q 4 - Monitoramento e avaliação

b. Estrutura

No município de Nova Serrana percebe-se uma sensibilidade por parte do prefeito e, principalmente, do gestor da política da assistência social quanto à relevância da política. Por isso, existe um orçamento próprio e com montante satisfatório designado para o SUAS. Além disso, existe uma abertura para pleitos e solicitações ante demandas emergentes e urgentes, o que contribui com a qualificação e o aprimoramento das ofertas socioassistenciais à população.

Quanto à equipe, não há profissional exclusivo para a vigilância, sendo a equipe do órgão gestor responsável por desenvolver as ações. Os equipamentos e a estrutura são simples, mas, até então, atendem as demandas e não comprometem o desempenho. Não há no momento previsão de ampliação de equipe e de estrutura física. Conforme dito anteriormente, a equipe conta com um sistema, o GESUAS, contratado em 2017 e que é utilizado para gestão da informação pelos equipamentos e órgão gestor.

c. Desafios

Nova Serrana possui uma grande extensão territorial, com a população espalhada de forma bem ampla pelo território, o que configura um enorme desafio para a gestão municipal no sentido de garantir, à população, o acesso aos serviços públicos, em especial da assistência social. Essa característica influencia também a elaboração dos diagnósticos, que precisam ser específicos e adequados às demandas.

O município possui ainda bolsões de violência e pobreza, cuja realidade complexa apresentada exige uma atuação articulada e multisetorial. Nesse contexto, a articulação dos atores da rede é um fator crítico para o sucesso das iniciativas em âmbito local. E um desafio encontrado frequentemente é justamente garantir a participação das políticas, cada uma dentro da sua especificidade e escopo de atuação, mas todos em convergência ao objetivo de ampliação do acesso aos serviços públicos. Além disso, apesar do apoio e abertura institucional, os recursos são insuficientes para o volume de demanda que o município possui, sobretudo para a oferta de serviços e benefícios, o que por vezes limita a cobertura das ofertas socioassistenciais.

Um outro desafio identificado pela equipe que desenvolve a vigilância em Nova Serrana é selecionar um profissional com perfil adequado à função para designá-lo às ações inerentes à vigilância. Mais que determinar a formação profissional, o(a) técnico(a) deve ter um perfil dinâmico, com boa articulação

interpessoal, comunicativa, com habilidade para trabalhar em equipe, boa avaliação pela gestão, dentre outras características.

Ante a experiência do município de Nova Serrana, são sugestões, aos demais municípios, para iniciar o processo de implementação da vigilância:

- 🔍 Coletar dados e elaborar diagnósticos e mapas para reconhecer o território
- 🔍 Designar profissionais com perfil adequado para atuar na vigilância
- 🔍 Buscar capacitações e apoio técnico para auxílio no processo

d. Experiências práticas do município

O município de Nova Serrana utiliza os sistemas de informações para coletar dados e produzir diagnósticos situacionais diversos, conforme as demandas existentes. Estes diagnósticos trazem informações sobre os serviços ofertados, os públicos atendidos, benefícios concedidos, mapeamento dos territórios, dentre outros. Além disso, orientam a atuação dos técnicos, subsidiam o planejamento das ações e permitem a avaliação das ofertas, contribuindo para melhores decisões.

Um dos resultados gerados foi um mapa das situações de vulnerabilidade dos territórios do município. Esse mapa indicou regiões antes não cobertas pelos serviços, mas com grande incidência de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, o que acarretou na reorganização das ações. O mapa foi emoldurado e fica disponível para consulta no órgão gestor. Destaque nesse sentido para o software privado contratado, fundamental para essa coleta de dados e produção de informações. O sistema produz mapas, gráficos e tabelas de forma ampla, completa, e ainda permite fazer detalhamentos conforme demandas específicas.

Além disso, para elaboração dos diagnósticos, são envolvidos no processo os técnicos dos equipamentos e da gestão do SUAS, outros atores da rede socioassistencial e até mesmo agentes de outras políticas públicas, conforme avaliação de conveniência e oportunidade. Desse modo, buscam articular a rede no planejamento das ações e envolvê-los nos atendimentos, ampliando sua capacidade de atuação e os resultados alcançados. Os mapas e diagnósticos foram subsídio para implementação do Centro POP no município a partir do detalhamento e georreferenciamento das demandas existentes.

Outra iniciativa do município é a criação de um arquivo para registrar todo o histórico de ações, processos desenvolvidos e produtos gerados pela vigilância - inclusive aquelas não exitosas. Há uma avaliação pela gestão que tal acervo de experiências é fundamental para garantir a perpetuidade da vigilância ao longo do tempo, independente das trocas de gestão.

Foi relatado ainda que o município recebe constantemente apoio técnico da SEDESE, principalmente da Diretoria Regional, para auxílio no planejamento da vigilância. Sempre que possuem alguma demanda, procuram o respectivo suporte técnico. Apoio esse essencial, segundo a equipe. Um produto dessa parceria foi a instituição de um protocolo de atendimento para o CREAS, apresentado nos anexos. Ademais, a(o)s profissionais participaram de capacitações, seminários e reuniões técnicas, qualificando a equipe que atua na vigilância socioassistencial.

3) JANUÁRIA

Município pertencente à Regional SEDESE Montes Claros, de Porte Médio, com população de 67.958 habitantes³, sendo aproximadamente 37% rural. O município de Januária dispõe de 3 CRAS e 1 CREAS, conforme Censo SUAS 2021. Do ponto de vista da vigilância socioassistencial, o departamento está instituído formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor.

a. Implementação

O processo de implementação da vigilância no município de Januária começou no ano de 2015. Porém, segundo a equipe, na época não foram encontradas muitas orientações, materiais de apoio ou capacitações a respeito, o que dificultou o processo e culminou na estagnação da iniciativa. Havia uma falta de compreensão sobre os conceitos da vigilância por parte dos técnicos, que viam essa função como uma atividade de caráter fiscalizador - fato que impactou significativamente na paralisação mencionada.

Em 2017, após uma avaliação da gestão quanto à necessidade de se estabelecer no município o setor da vigilância, um novo esforço foi empreendido. Dado o desconhecimento da função por alguns profissionais, por membros do legislativo e da prefeitura, foi elaborada uma proposta de trabalho com os devidos detalhamentos sobre a vigilância, que posteriormente foi submetida à aprovação do legislativo. Uma vez aprovada, a vigilância passou a compor a estrutura do órgão gestor do município. À época, uma técnica que atuava na gestão do SUAS foi designada para ser a referência técnica do setor, apesar de não trabalhar exclusivamente para este fim. No mesmo ano, a técnica de referência participou de capacitações e realizou visita técnica à SEDESE, buscando qualificação para estruturar o trabalho.

As ações seguintes consistiram na produção de diagnósticos de situações de vulnerabilidade e violência na perspectiva do planejamento e orientação para atendimento de demandas existentes. Havia demandas, em Januária, da gestão e dos serviços que reivindicavam esses dados para organização do plano de trabalho.

Em 2020 houve troca de gestão no município de Januária e a nova equipe realizou um mapeamento dos processos, da gestão e dos seus instrumentais. Uma certa dificuldade encontrada pela gestão recém nomeada foi a falta de registros das ações, processos e produtos gerados pela vigilância no período anterior. Não havia arquivos, relatórios e anotações sobre o processo de implementação/formalização da vigilância nem dos seus desdobramentos. Nesse contexto, foi nomeado um novo técnico para o departamento da vigilância socioassistencial, que permanece até o momento.

Algumas atualizações e revisões nos processos e instrumentos foram propostas e aplicadas pela atual gestão no sentido da organização do trabalho. Esse técnico destacou que, apesar dos poucos registros encontrados, não houve grandes

³ Número estimado em 2021, segundo IBGE.

obstáculos para se aplicar tais medidas, dado que a estrutura formalizada já estava consolidada dentro da gestão, facilitando o processo.

b. Estrutura

O setor de vigilância de Januária possui estrutura física adequada para seu funcionamento, a saber: sala própria no órgão gestor, computador com acesso à internet, telefone, arquivo, veículo quando necessário, dentre outros equipamentos. Apesar da escassez de recursos financeiros, há por parte da gestão todo o suporte administrativo para o desenvolvimento qualificado das ações. Na equipe da gestão de assistência social do município existem técnicos que já participaram de capacitações anteriores e auxiliam no plano de trabalho da vigilância, contribuindo para seu aprimoramento constante.

Em anos anteriores, o município já contratou consultoria para auxiliar no planejamento e execução das ações. Há no cronograma planejado para 2022 uma nova contratação de assessoramento técnico para os serviços do SUAS e para a gestão socioassistencial em geral, bem como para capacitações. Foi estabelecido um calendário de capacitações para o corrente ano, atendendo as equipes que atuam na assistência social.

Januária possui um técnico de referência para as atividades de vigilância, não exclusivo, mas que tem apoio e disponibilidade institucional para dedicar o tempo necessário às práticas da função. No entanto, os profissionais do município destacaram, por diversas vezes, a importância de se ter um técnico exclusivo para o sucesso da implementação e execução da vigilância. No momento da produção deste caderno, o departamento, com suporte do setor de TI, está criando um sistema interno para processar os dados do RMA e do SISC, além de gerar relatórios gerenciais.

Por fim, é de extrema relevância que o profissional de referência tenha o perfil apropriado, isto é, que seja articulado, sensível e agregador às equipes, disponível ao aprendizado, disponível para as capacitações e qualificações técnicas, ciente das funções do setor, predisposto para usar sistemas e ferramentas de informática, que tenha capacidade de analisar dados e gerar informações traduzidas da realidade, que possua competência de realizar avaliações dessas informações e que possua conhecimento do território e do histórico do município.

c. Desafios

A falta de registros é um desafio em toda a gestão pública, não sendo diferente com a política de assistência social. Conforme mencionado anteriormente, em Januária, apesar dos esforços para implementação da vigilância socioassistencial, pouco foi encontrado de registro sistematizado das ações desenvolvidas entre 2015 e 2020.

Outro desafio comum no município é a escassez de recursos. Mesmo com apoio e sensibilidade da gestão, que fornece suporte e estrutura conforme necessidade e disponibilidade, seria necessário um aporte maior de recursos financeiros para ampliação da cobertura, acesso e qualificação das ofertas. Por fim, outro desafio destacado é o fato do profissional de referência da vigilância não ser

exclusivo para esse setor. O volume de demandas é grande e o compartilhamento do profissional com outras tarefas da gestão afeta os resultados alcançados.

Para a atual equipe da vigilância de Januária, são sugestões para os demais municípios iniciarem o processo de implementação da vigilância:

- 🔍 Compreender a vigilância e sua função;
- 🔍 Revisão legal (inserir a vigilância na Lei do SUAS do município, caso não esteja) e reestruturação institucional (estabelecer o setor de vigilância na estrutura formal do órgão gestor);
- 🔍 Estruturar o espaço físico onde será instituída a vigilância;
- 🔍 Selecionar um técnico de referência para o setor, que tenha perfil adequado e seja exclusivo para a área;
- 🔍 Capacitar a equipe sobre a vigilância;
- 🔍 Conhecer as necessidades e demandas da gestão da assistência social e dos territórios, através de diagnósticos.

d. Experiências práticas do município

Em Januária, havia uma necessidade de mapear as situações de vulnerabilidade e violência de forma a organizar as ofertas e atendimentos, dada a complexidade do território. Essa demanda contribuiu para a efetivação da vigilância e, conseqüentemente, para elaboração de diagnósticos, a partir de dados de diversas fontes. Os técnicos foram envolvidos no processo, indicando as principais demandas e fragilidades e auxiliando na construção dos mapeamentos. Dessa forma, os envolvidos puderam compreender de fato a função da vigilância e exploraram seus produtos na orientação do plano de trabalho.

Destaque para o diagnóstico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, elaborado no município em 2018. Essa ação foi, inclusive, premiada no Seminário Nacional de Boas Práticas do referido ano. Trata-se de um diagnóstico das ofertas e demandas do serviço: total de pessoas atendidas, frequência de encontros, perfil dos usuários, atividades desenvolvidas, situações de violência ou vulnerabilidade das famílias, relações no território, etc. Com ele foi possível avaliar, em conjunto com a equipe, a adequação das atividades ofertadas às demandas do público atendido. Para elaboração do diagnóstico foi aplicada a metodologia do mapa falado, técnica qualitativa que incrementa os dados quantitativos e dá maior significado à informação. Outro diagnóstico elaborado foi o da população quilombola residente no município, o que permitiu um melhor atendimento às especificidades desse grupo pelas equipes técnicas.

Foram estruturados os processos e fluxos de informação dentro da gestão e desta com os equipamentos. Alguns dos produtos e resultados alcançados foram: gerenciamento dos acessos aos sistemas, delegação de perfis, compartilhamento de funções com os técnicos, encontros/reuniões com as equipes, coleta periódica e processamento de dados e articulação da rede.

Outro produto gerado foi um relatório dos atendimentos registrados no RMA. Foram extraídos os dados do RMA de cada CRAS de um determinado período e analisado comparativamente ao longo do tempo e entre os equipamentos. Foram avaliados os benefícios concedidos, total de famílias atendidas e a descrição das

situações dos usuários, o que, por sua vez, possibilitou o mapeamento do território e aprimorou os atendimentos dos CRAS.

Outra ação desenvolvida foi a avaliação dos instrumentais utilizados, com envolvimento direto das equipes técnicas. Com isso, foram identificadas fragilidades e gerado novos instrumentais para complementar as informações insuficientes. Essas ferramentas foram e são fundamentais para se ter diagnósticos apurados em relação à realidade e permitir avaliações precisas. No momento de produção deste Caderno, o município está desenvolvendo um sistema, através da própria equipe de informática da prefeitura, para armazenar, relacionar e analisar os dados do RMA e, futuramente, gerar relatórios em tempo real às equipes com o panorama dos atendimentos.

Há uma agenda permanente de reuniões com as equipes dos equipamentos. Esse calendário de reuniões tem objetivo de avaliar as situações, discutir casos, redefinir as condições de trabalho e planejar as ações do SUAS.

Para 2022, em Januária, foi contratada uma consultoria externa com dois objetivos: apoio técnico e capacitação das equipes, sendo que há um calendário pré-estabelecido dos temas.

É unanimidade na rede socioassistencial, conforme relato, o quanto o desempenho da vigilância potencializou e melhorou a qualidade das ofertas do SUAS no município. Há um reconhecimento dos técnicos dos equipamentos e da gestão quanto a diferença promovida no trabalho.

Foram destacadas ainda algumas experiências negativas durante o processo, que foram aprimoradas:

- ❏ Fragilidade na comunicação entre setores e da gestão com os equipamentos no início do processo, distorcendo a visão da função para algo “fiscalizador”;
- ❏ Ter um técnico de referência para a vigilância socioassistencial que também possui um rol de outras atribuições dentro da gestão. Essa condição mudou ao longo do tempo.

4) CAMPO FLORIDO

Município pertencente à Regional SEDESE Uberaba, de Pequeno Porte I, com população de 8.383 habitantes⁴, sendo aproximadamente 24% rural. O município de Campo Florido possui 2 CRAS e não possui CREAS, conforme Censo SUAS 2021. Não possui um setor de vigilância socioassistencial instituído formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor, mas está prevista na Lei do SUAS do município a execução da função, além de possuir um técnico de referência exclusivo na gestão.

a. Implementação

O processo de implementação da vigilância em Campo Florido se deu em 2018, induzido por demandas ocorridas no ano anterior que impactaram negativamente na oferta dos serviços socioassistenciais. Ao longo de 2018, tomada a

⁴ Número estimado em 2021, segundo o IBGE.

decisão de implantar a função, foi realocado um técnico efetivo para ser a referência técnica e estruturar o plano de trabalho da vigilância.

Dados os primeiros passos institucionais, com a designação do profissional e organização da gestão, em 2019 a vigilância foi, de fato, implementada. Inicialmente, o técnico de referência buscou materiais, capacitações e assessoramento técnico. Uma vez aprofundados os conhecimentos, foi organizado um plano de trabalho para a vigilância, sendo a primeira ação planejada a de desenvolver um trabalho de sensibilização e capacitação nos equipamentos, com profissionais do SUAS, sobre a importância da função para a qualificação das ofertas dos serviços. Em seguida, foi criado um instrumental para coleta de informações e elaborado um diagnóstico do município, dando continuidade ao plano de ação planejado.

Em 2020, de posse do diagnóstico e já com as atividades estruturadas, a vigilância socioassistencial teve participação efetiva no planejamento da política de assistência social de Campo Florido. Foi realizado um mapeamento da rede municipal, dos serviços e dos processos existentes, de forma a organizá-los e orientar a execução dos serviços.

Em 2021, foi contratada uma consultoria com os objetivos de avaliar as ações e assessorar no aprimoramento dos instrumentos, processos, fluxos e diagnósticos. Atualmente, apesar de não haver um setor de vigilância formalizado no órgão gestor, há um técnico de referência exclusivo e a função está consolidada no município.

b. Estrutura

O setor responsável pela vigilância possui computador, mesa e materiais próprios, além do técnico exclusivo. Um profissional da gestão participou do Capacita SUAS ofertado pela SEDESE, em 2017, mas não replicou os conhecimentos adquiridos nem deu prosseguimento às ações no município.

Já em 2018, foi designado um técnico de referência exclusivo para as atividades relacionadas à vigilância socioassistencial. Esse profissional é formado em gestão hospitalar e possuía experiência em vigilância em saúde. Já era servidor da prefeitura, e foi realocado na gestão do SUAS, devido ao seu perfil condizente com as atribuições da vigilância.

Os recursos da gestão (recurso próprio e IGDSUAS) foram utilizados para proporcionar ao profissional do setor a participação em uma capacitação em São Paulo, com objetivo de aprimoramento conceitual e teórico sobre a vigilância socioassistencial.

Foi destacada a necessidade do profissional da vigilância ter um perfil adequado para a função e de estar disponível para a participação em capacitações, garantindo, assim, condições de desenvolvimento das ações de forma eficiente e eficaz. Dentre as habilidades destacadas estão: capacidade de trabalhar com dados, facilidade com as normativas, ter proatividade para se capacitar, estudar e se atualizar sobre o SUAS, aptidão em planejar, monitorar e avaliar e habilidades gerenciais.

c. Desafios

O primeiro desafio apresentado pela equipe da gestão do município de Campo Florido foi a necessidade de ter um profissional exclusivo e com perfil adequado. Somado a isso, dar condições para que o mesmo se capacite e seja um multiplicador para os demais técnicos.

Outro desafio, além de capacitar as equipes, foi de envolvê-los nos processos. Apesar de desafiadora, uma vez efetivada, essa ação trouxe vários benefícios: sensibilização de todos quanto à importância da função da vigilância para o SUAS, desmistificação do caráter “fiscalizador” da vigilância, contribuições para elaborar instrumentos e processos mais adequados às demandas, colaboração, dentre outros. Além disso, foi destacado o desafio de envolver a população e os usuários nos processos de planejamento e avaliação, afinal, esses atores são essenciais para que as realidades do território sejam compreendidas de forma mais qualificada.

Por fim, um desafio básico enfrentado é a incorporação da vigilância na estrutura administrativa do órgão gestor e as devidas revisões normativas, garantindo assim a institucionalidade e perenidade da função ao longo do tempo. O município não possui um setor próprio da vigilância no organograma, apesar de possuir um profissional exclusivo.

São sugestões da equipe da gestão do município de Campo Florido, aos demais, para implementação da vigilância:

- 🔍 Designar um profissional, seja contratado externamente ou realocado de outro setor, de preferência exclusivo;
- 🔍 Buscar materiais de referência e capacitar o técnico e as equipes sobre a vigilância;
- 🔍 Elaborar um diagnóstico da situação da gestão e dos serviços, para compreender a realidade e intervir de forma qualificada nos processos. A partir daí, monitorar, avaliar e aprimorar;
- 🔍 Padronizar os instrumentais de coleta de informações;
- 🔍 Produzir relatórios de gestão;
- 🔍 Elaborar diagnósticos das ofertas e demandas (sugestão utilizar a metodologia do mapa falado);
- 🔍 Aprimorar a gestão do cadastro único, pois são os principais dados para o SUAS.

d. Experiências práticas do município

A gestão municipal, após tomar a decisão da implementação da vigilância e designar um técnico como referência, garantiu a capacitação do mesmo. O profissional participou de uma capacitação em São Paulo e reuniu materiais de apoio para estudo. E com isso, em seguida, reproduziu a capacitação para os técnicos dos equipamentos, de forma a alinhar os conceitos entre todos da rede do SUAS.

Foi elaborado um diagnóstico do município utilizando o mapa falado, ferramenta apresentada pela SEDESE, durante apoio técnico. Trata-se de uma metodologia qualitativa de coleta de informações. O diagnóstico continha os equipamentos da rede socioassistencial, os serviços ofertados, o público atendido e os benefícios concedidos, com a respectiva distribuição pelo território. Participaram da sua elaboração: técnicos dos equipamentos e usuários dos serviços.

Outro diagnóstico elaborado foi sobre as famílias que recebiam benefício eventual. Foram coletadas e sistematizadas informações sobre geração de emprego e renda dessas famílias, o perfil e os benefícios.

Foi contratada uma consultoria com os seguintes objetivos:

- Q Avaliar e readequar os instrumentos de coleta de dados;
- Q Identificar e organizar os fluxos de atendimento;
- Q Elaborar um plano de ação para cada departamento, com monitoramento e avaliação das atividades;
- Q Mapear as famílias que recebem benefícios, através da contratação de estagiários que fizeram pesquisa de campo;
- Q Detalhar os programas existentes no município.

Os produtos entregues pela consultoria foram definidos e detalhados na proposta (fundamental ter clareza e objetividade na definição, para que se tenha o resultado esperado) e a execução foi acompanhada pelo técnico de referência da vigilância.

A gestão, através do plano de trabalho da vigilância, estabeleceu um calendário entre a gestão e desta com as equipes das unidades socioassistenciais. São definidos neste calendário prazos, atribuições e frequência de reuniões, o que possibilita o monitoramento e a avaliação constante dos instrumentais, processos e produtos gerados. Foi informado que os resultados das análises são sempre apresentados às equipes nas reuniões e divulgados, o que incentiva o trabalho e a constante melhoria.

No município foi criado um instrumento de coleta de dados para complementar as informações do RMA, a partir do formulário online - este instrumento está disponível para consulta nos anexos deste documento. Alguns outros instrumentais foram propostos, mas não apresentaram o resultado esperado. Foram reavaliados e aprimorados, sendo atualmente fundamentais para coletar informações sobre as demandas identificadas no município. Tais instrumentos também podem ser consultados nos anexos, ao final do caderno.

O setor possui hoje reconhecimento na gestão e nos equipamentos quanto a sua funcionalidade e necessidade, contribuindo substancialmente para a oferta dos serviços, atendimento das demandas da população e aprimoramento da política, uma vez que recebem, como subsídio, as informações produzidas pela vigilância.

Foram resultados percebidos pela gestão no município de Campo Florido, através do trabalho da vigilância:

- Q Dados concisos capazes de subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- Q Reorganização dos convênios para serviços de alta complexidade (acolhimento institucional);
- Q Mapeamento da rede municipal e dos serviços ofertados no município;
- Q Participação na readequação da oferta de benefícios eventuais;
- Q Definição de fluxos de atendimento;
- Q Planos de ação para cada setor do departamento com monitoramento e avaliação;

🔍 Plano de Capacitações e educação permanente para os técnicos das equipes.

A política de assistência social de Campo Florido conta hoje com levantamentos e bases de dados de acordo com as especificidades dos territórios, considerando as situações de vulnerabilidade que incidem sobre indivíduos e famílias, bem como a oferta de serviços através dos mapeamentos produzidos. Além disso, produzem análises das demandas da população e oferta de serviços, considerando a capacidade de execução dos serviços, o que possibilita a atuação planejada, monitorada e aprimorada.

O planejamento das ações propicia ao município a superação de uma prática emergencial, assistencialista e pautada apenas na demanda espontânea. Há um registro e acompanhamento do histórico de atendimento, com identificação de desafios e ações exitosas, reavaliação de resultados não satisfatórios e constante monitoramento, sempre com a participação das demais áreas do SUAS.

5) TAIOBEIRAS

Município pertencente à Regional SEDESE Salinas, de Pequeno Porte II, com população de 34.653 habitantes⁵, sendo aproximadamente 19% rural. O município de Taiobeiras possui 2 CRAS e 1 CREAS, conforme Censo SUAS 2021. Possui o setor de vigilância socioassistencial instituído formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor, mas no momento da elaboração deste Caderno informou estar sem equipe.

a. Implementação

O processo de implementação da vigilância socioassistencial no município de Taiobeiras deu-se início em 2015, quando a então gestora decidiu fazer um diagnóstico do município. Ao planejar tal processo, foi contratada uma técnica, com formação em sociologia, e que tinha o perfil avaliado como adequado à tarefa naquele momento. Essa técnica conduziu a elaboração do diagnóstico e acabou por ser contratada em definitivo como referência técnica da vigilância, dado o resultado exitoso atingido pela iniciativa.

Tal experiência mudou completamente a trajetória da assistência social em Taiobeiras, segundo a técnica que participou desse processo inicial e que hoje é gestora no município. Durante o processo, avaliou-se que as informações não eram padronizadas, havia entendimento diverso sobre a política e os serviços entre os profissionais que atuavam no SUAS, desarticulação das equipes, dentre outras fragilidades. Com isso, ao elaborar o diagnóstico e identificar essas questões, foram aprimorados os fluxos, processos e instrumentos. O resultado do trabalho chamou a atenção de todos da gestão e dos técnicos dos equipamentos, que passaram a apoiar e a se envolver com as atividades da vigilância. Foi ressaltado o apoio total e irrestrito da gestão ao trabalho desenvolvido pela técnica desde o início, apoio esse fundamental para o alcance dos objetivos e para o desenvolvimento da ação.

⁵ Número estimado em 2021, segundo IBGE.

Em 2017 o município foi selecionado pelo Governo Federal para apresentação no Seminário de Boas Práticas, o que corroborou com a consolidação do trabalho. A iniciativa premiada foi um instrumental elaborado pelo município, que ampliou as informações coletadas e padronizou os dados, facilitando a análise e o planejamento das ações. Na edição seguinte, o município foi novamente selecionado, apresentando outra ação desenvolvida pela vigilância: uma pesquisa realizada com os usuários para avaliar os serviços.

Dados os resultados alcançados, a consequência da valorização do trabalho desempenhado foi a incorporação da vigilância na legislação do município, ficando assim formalmente constituída dentro do organograma do órgão gestor enquanto uma coordenação. Foi destacado que tal medida foi tomada justamente ao constatar a importância do setor, comprovada pelos produtos gerados e pelo impacto positivo das ações na execução dos serviços do SUAS. O que alterou a então compreensão da vigilância como um setor de vigia.

b. Estrutura

O município possui a estrutura física adequada, com sala, computador, mesa e demais equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades.

Atualmente, possuem um software privado de processamento de dados, mas anteriormente, a coleta de informações, armazenamento, processamento e análise de dados era feita no programa Excel, que atendia e ainda atende satisfatoriamente às demandas.

Atualmente, o município de Taiobeiras está com o departamento vago mas salientaram que estão em processo de recomposição do cargo, selecionando um profissional com o perfil adequado à função. A atual gestora da Política de Assistência Social acumula as funções, temporariamente, até que se selecione uma pessoa com o perfil desejado.

Com relação ao perfil, foram destacadas como características importantes desse profissional:

- 🔍 Interesse e conhecimento a respeito da política de assistência social e curiosidade e motivação para estudar/pesquisar sobre a temática;
- 🔍 Facilidade em analisar números e dados;
- 🔍 Habilidade nas tarefas de planejamento e gerenciamento;
- 🔍 Boa comunicação e articulação.

A gestora destacou ainda a importância de o técnico de referência ser exclusivo para a função, para que tenha condições de desenvolver as tarefas de forma qualificada.

c. Desafios

O principal desafio identificado no início foi a dificuldade em se ter dados para elaboração do diagnóstico. As informações estavam fragmentadas, divergentes, incompletas e não condizentes com a realidade, impossibilitando uma análise qualificada do SUAS no município. Somado a isso, havia divergências conceituais

entre os técnicos das equipes, visões distintas sobre as mesmas informações, preenchimentos discrepantes dos instrumentais e formas de atuação diferentes ante a mesma questão. Organizar as informações foi, portanto, o primeiro grande desafio posto à gestão, para elaboração do diagnóstico e planejamento da gestão.

Ter um profissional com perfil adequado e exclusivo é, também, um desafio, pois a função exige habilidades específicas. Além disso, no município havia uma rotatividade grande nas equipes, o que interrompia as atividades do trabalho. Outro desafio foi capacitar a técnica de referência, uma vez que não havia muitos materiais disponíveis para consulta e as capacitações eram muito teóricas e pouco práticas. Coube à própria técnica estudar e se qualificar.

São sugestões aos demais municípios, indicadas pela equipe de Taiobeiras, para implementar e aprimorar a vigilância:

- 🔍 Elaborar um diagnóstico da situação do município: os serviços ofertados, os recursos disponíveis e as demandas atendidas;
- 🔍 Padronizar as informações no município e alinhar os conceitos com todos os profissionais do SUAS;
- 🔍 Designar um profissional como técnico de referência que tenha o perfil adequado e dar apoio e condições para que o mesmo desenvolva as ações, sendo ele exclusivo para a função.

d. Experiências práticas do município

A primeira ação desenvolvida no município de Taiobeiras foi a padronização das informações e o alinhamento conceitual com as equipes. Foi fundamental que todos tivessem a mesma compreensão sobre os dados e atuassem da mesma maneira ao registrá-los. A vigilância, nesse sentido, foi concebida, em Taiobeiras, como um processo de retroalimentação, onde as informações eram coletadas pela gestão/vigilância de forma padronizada, eram tratadas e, assim, eram produzidos diagnósticos e relatórios que eram devolvidos às equipes, como subsídio ao planejamento das ações. Portanto, todos participavam do processo.

Assim, foi elaborado um formulário de coleta de dados de atendimentos para os equipamentos, instrumento esse selecionado pelo Governo Federal para a Mostra de Boas Práticas. O instrumento continha dados sobre os usuários, os benefícios e serviços ofertados e era mais completo que os preenchidos anteriormente pelas equipes.

Foi elaborado, em seguida, um diagnóstico da rede socioassistencial, mapeando os atores da política que ofertam serviços. Além dele, outros diagnósticos situacionais foram construídos, conforme as demandas identificadas, a partir dos formulários aplicados. A gestora salientou que os diagnósticos foram compartilhados com as equipes e serviram de constante consulta para planejamento das ações.

Foi implantado, também, um calendário de reuniões com as equipes, que tornou o processo de qualificação permanente. Foram previstos encontros para capacitação, outros para planejamento e outros, ainda, para monitoramento e avaliação. Essas agendas tinham grande envolvimento e participação efetiva dos técnicos e eram promovidas conforme as demandas da rede iam surgindo.

Outro produto gerado no município e que foi selecionado para a Mostra de Boas Práticas do Governo Federal foi uma pesquisa aplicada aos usuários, cujo objetivo era avaliar a oferta dos serviços. Com ele foi possível monitorar quais ações eram ofertadas, a estrutura oferecida, a adequabilidade de tais atividades às demandas dos usuários e a avaliação do atendimento pelos usuários dos serviços.

A técnica de referência da vigilância participou do CapacitaSUAS em 2017. Participou de outros cursos online e, com isso, formatou uma metodologia própria de trabalho, de acordo com as demandas que o município possui. Nesse sentido, criou a rotina de elaborar diagnósticos das situações para orientar o trabalho, bem como ferramentas e procedimentos para planejar, monitorar e avaliar as ações implementadas.

Outra prática consolidada no município é o registro das ações. Foi destacado pela gestora que todas as ações propostas foram e são registradas e arquivadas, bem como os produtos gerados. Além disso, existem várias ferramentas e instrumentos de coleta, monitoramento e avaliação fichados.

6) MATEUS LEME

Município pertencente à Regional SEDESE Metropolitana, de Pequeno Porte II, com população de 31.631 habitantes⁶, sendo aproximadamente 11%, rural. O município de Mateus Leme possui 1 CRAS e 1 CREAS, conforme Censo SUAS 2021. Não possui o setor de vigilância socioassistencial instituído formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor, mas a equipe técnica da gestão desenvolve, informalmente, as ações relacionadas à função.

a. Implementação

Em 2018 foi designado um técnico para executar as atividades da vigilância no município de Mateus Leme. Porém, à época, as ações se limitavam ao preenchimento dos sistemas do SUAS, sem estruturação de outras atividades.

Em 2021, quando a nova gestão assumiu, foi constatado que não havia um plano de trabalho organizado para a vigilância socioassistencial. As ações realizadas se referiam apenas ao cumprimento das responsabilidades relacionadas aos sistemas. Neste momento, foi determinada, pela gestão, a implantação da vigilância, dando início a estruturação da função no município. Dois técnicos que atuavam na gestão foram designados para tal e a primeira ação foi consultar o município de Ibirité como referência. Foram realizados encontros e visitas técnicas ao município de Ibirité, com o objetivo de capacitar a equipe sobre os procedimentos a serem adotados e, assim, um planejamento foi construído, para estruturar o plano de trabalho da vigilância.

Fruto desses encontros, o município de Mateus Leme elaborou um questionário para coletar informações complementares durante os atendimentos. E, a partir daí, foram criados diagnósticos e mapeamentos sobre as demandas e ofertas do município, consolidando a estruturação da vigilância. Diante dos resultados alcançados e do impacto positivo na oferta dos serviços, no momento da elaboração

⁶ Número estimado em 2021, segundo IBGE.

desse Caderno, considera-se que o município está no processo de formalização da vigilância. Porém, mesmo não tendo ainda a instituição legal, as ações vêm sendo incrementadas e consolidadas pela equipe da gestão.

b. Estrutura

Em Mateus Leme, a gestão disponibilizou todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho, a saber: uma sala, computador, impressora e notebooks. Foi ressaltado que a gestão tem dado total apoio e autonomia na estruturação da vigilância, que tem sido feita aos poucos, conforme a capacidade de execução da equipe.

A equipe que atua na gestão, dois técnicos de nível superior, executa as atividades tangentes à vigilância, paralelamente às demais atribuições que possuem, uma vez que o setor não está constituído formalmente. Ambos os técnicos possuem experiência no SUAS, já atuavam na área antes de integrarem a equipe da gestão, fato esse que contribuiu para uma melhor compreensão da função da vigilância.

A prefeitura de Mateus Leme e a de Ibirité executaram uma ação articulada na qual a equipe deste último realizou uma capacitação a toda(o)s a(o)s profissionais da assistência social do primeiro. Além disso, os técnicos de referência da vigilância de Mateus Leme têm recebido apoio técnico sistematizado da SEDESE, especialmente da Diretoria Regional Metropolitana, o que contribuiu muito para o avanço da organização do trabalho.

Uma característica indicada pelos profissionais como fundamental para os técnicos que trabalham com a vigilância é compreender a importância dos dados e o reconhecimento da realidade do território. Utilizar ferramentas como diagnósticos, mapas, relatórios, dentre outros, são estratégias fundamentais para se alcançar esse objetivo.

c. Desafios

Mateus Leme possui um desafio enorme, segundo a equipe: a sua grande extensão territorial. Quando a gestão assumiu possuía somente um CRAS, com localização centralizada e de difícil acesso a boa parte da população. Além disso, a gestão identificou que não havia um diagnóstico do município, impactando na cobertura e acesso dos atendimentos. Não se tinha um conhecimento do território, os instrumentos de coleta de informações eram insuficientes para tal e as informações, por vezes, desatualizadas e incompletas.

Outro desafio constatado se refere a desarticulação dos serviços, em especial do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, executado em diversos equipamentos do território sem o devido referenciamento. Mas este isolamento administrativo não se restringe ao SCFV, sendo percebido também nos demais serviços e equipamentos e até mesmo entre a equipe da Assistência Social com as demais políticas públicas.

Essa situação gerava outros desafios: uma parcela da população não era atendida pelo CRAS e buscava o CREAS, o que gerava um atendimento fragmentado e sem acompanhamento contínuo, eram ações pontuais de atendimento, em

desacordo com o que preconiza o SUAS. Ademais, como a cobertura não era suficiente, o que acarretava em usuários e famílias desassistidas.

Outra situação enfrentada pela vigilância foi a resistência dos técnicos dos equipamentos às novas iniciativas, sobretudo quanto à estruturação do trabalho na perspectiva do planejamento, monitoramento e avaliação. A visão dos profissionais era focada no “vigiar”, fiscalizar, visão essa percebida em todas as equipes do SUAS: gestão, equipamentos e rede socioassistencial.

A equipe de Mateus Leme indicou as ações a seguir, como sugestão para os demais municípios que querem implementar a vigilância:

- 🔍 Conhecer a realidade do município para além dos dados dos sistemas;
- 🔍 Elaborar instrumentais de coleta de dados, para complementar os existentes, com a participação dos atores da rede socioassistencial;
- 🔍 Capacitar a equipe de referência da vigilância e os demais técnicos da rede, alinhando os conceitos e a prática cotidiana;

d. Experiências práticas do município

Como já foi dito anteriormente, uma ação fundamental para a consolidação da vigilância socioassistencial no município de Mateus Leme foram as capacitações que seus servidores participaram, tanto de Ibirité, quanto da SEDESE. Na capacitação ofertada por Ibirité, foi elaborado um instrumento de coleta de dados para os técnicos registrarem informações dos atendimentos. A partir dele, foi possível sistematizar bases de dados em planilhas, elaborar diagnósticos dos serviços ofertados e criar indicadores dos atendimentos. Além disso, mapearam as demandas atendidas e, com isso, reavaliaram o planejamento e readequaram as ofertas de acordo com as necessidades dos usuários. Todas essas ações fazem parte de um projeto em construção no município: o observatório social. O objetivo dessa ferramenta é ser a referência no que diz respeito a dados e informações de Mateus Leme, com todas as informações sistematizadas e estruturadas.

Um diagnóstico apontado como de destaque foi sobre a incidência das violências e violações de direitos atendidas pela rede. A equipe responsável pela elaboração deste mapeamento teve grande dificuldade, dada a fragilidade dos registros, dos fluxos, dos processos e a desarticulação da rede. Apesar disso, foi possível produzir um panorama da realidade e qualificar os dados, para posteriormente fazer uma análise mais aprimorada. Foi possível, portanto, através desse diagnóstico, conhecer os dados de atendimento e as características do território, ampliando a capacidade de atuação.

Outra decisão tomada logo no início do planejamento foi a implementação de um “CRAS itinerante”. Uma vez constatada a insuficiência de apenas um CRAS centralizado para atendimento de todo o território, foi tomada a decisão de criar uma alternativa para ampliar o acesso e a cobertura dos serviços. Com isso, o volume de atendimentos aumentou consideravelmente, a organização dos processos e fluxos melhorou a qualidade dos serviços ofertados e a padronização dos instrumentais permitiu qualificar os registros.

Foi introduzida na assistência social do município uma agenda permanente com os técnicos, para capacitação, monitoramento e avaliação. Os profissionais participam de todo o processo: da avaliação dos fluxos e instrumentos; da análise dos resultados apurados e do planejamento das ações. O impacto foi significativamente positivo para a equipe, inclusive diminuindo a resistência encontrada quando da implementação dos novos processos. Atualmente, há maior reconhecimento, sensibilidade à importância da vigilância e participação mais efetiva. Está no escopo do planejamento e em processo de execução a contratação de uma consultoria para capacitar as equipes, com o objetivo de aprimorar a oferta dos serviços socioassistenciais e qualificar os profissionais do SUAS.

7) PLANURA

Município pertencente à Regional SEDESE Uberaba, de Pequeno Porte I, com população de 12.445 habitantes⁷, sendo aproximadamente 3%, rural. O município de Planura possui 1 CRAS e não possui CREAS, conforme Censo SUAS 2021. Além disso, não possui o setor de vigilância socioassistencial instituído formalmente na estrutura administrativa do órgão gestor, a função é desenvolvida por uma técnica da gestão.

a. Implementação

A entrada da nova gestão em 2021 trouxe uma nova perspectiva para a gestão do SUAS no município. Até então, as ações eram desenvolvidas sem planejamento, monitoramento e avaliação, atendendo basicamente a demanda espontânea que chegava aos equipamentos, com a mínima equipe que possuía e de forma isolada.

A nova gestora implementou, de início, uma nova dinâmica de trabalho, onde as ações desenvolvidas seriam orientadas por um planejamento, com a participação de toda a equipe, com metas e atividades bem delimitadas e com vistas ao cumprimento dos objetivos da política. Além disso, incentivou-se a elaboração de metodologias de monitoramento e avaliação das ações.

Assim sendo, a primeira ação concreta, aproveitando o momento de reestruturação do trabalho, foi a sensibilização das equipes e dos técnicos a essa nova dinâmica, já indicando que essa perspectiva objetivava justamente a implementação da vigilância socioassistencial. A equipe entendeu que esta ação gerou uma compreensão e um alinhamento da importância dessa função no município.

Uma importante decisão apontada foi a contratação de uma consultoria para auxiliar na estruturação e organização do trabalho, uma vez que a técnica de referência não tinha experiência na área da gestão. Com a consultoria, um plano de trabalho foi estruturado com foco nas informações e dados do município. A partir desses produtos foi elaborado um planejamento que orientou os próximos passos, sendo o primeiro deles a construção de um diagnóstico. Foi salientado que, no momento da elaboração deste Caderno, a técnica de referência realizou e permanece realizando as ações do plano de trabalho, tendo a consultoria como apoio técnico. O

⁷ Número estimado em 2021, segundo IBGE.

objetivo é capacitar a técnica de tal maneira que se encerre o assessoramento via consultoria, tendo ela capacidade de executar a vigilância de forma autônoma.

Após efetivar a estruturação da função, consta no planejamento elaborado, a proposição da revisão normativa, inserindo de maneira formal a vigilância na lei do SUAS e garantindo a sua perenidade.

b. Recursos

Como já foi dito anteriormente, o município de Planura possui uma técnica de referência no órgão gestor que executa as ações da vigilância, mas que não é exclusiva à função. Com formação em serviço social, inicialmente não possuía experiência nas atribuições competentes à vigilância socioassistencial.

A profissional participou de capacitações e encontros de formação, em especial aqueles ofertados pela SEDESE/MG. Somado a isso, houve o assessoramento da consultoria, para aprendizado e desenvolvimento das habilidades. A consultoria foi contratada com recursos próprios do orçamento do município e continua vigente.

O departamento social, a qual está vinculada a função da vigilância, possui espaço próprio, sala, computador, toda a estrutura necessária para a execução das ações correlatas. Além disso, a técnica possui apoio institucional e tempo reservado para se dedicar a implementação/fortalecimento da vigilância, o que fez significativa diferença para o avanço do trabalho, apesar da não exclusividade das suas atribuições para essa função.

Foi destacado que a maioria dos recursos físicos, humanos e até mesmo financeiros utilizados para implementação da vigilância foram aproveitados da própria estrutura existente.

c. Desafios

Conforme mencionado anteriormente, em Planura, na gestão da política de assistência social, não havia uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação das ações. Os serviços se limitavam ao atendimento das demandas espontâneas que chegavam ao CRAS. Os resultados não eram mensurados pela gestão nem tão pouco havia avaliação quanto à eficácia e eficiência dos serviços com vistas ao objetivo da política. Além disso, não existia busca ativa dos usuários da política, fragilizando a cobertura dos serviços socioassistenciais. Outro desafio é que não havia diagnóstico no município, das demandas das famílias e usuários e dos serviços ofertados, dificultando sobremaneira o planejamento das ações e a avaliação das ofertas existentes.

Apesar de uma técnica ter sido designada para desempenhar a função da vigilância socioassistencial, como já dito anteriormente, a mesma não tinha experiência com as atividades relacionadas à gestão, sobretudo com a vigilância, e não haviam muitos materiais para consulta, o que dificultou a capacitação da profissional. A participação em alguns encontros promovidos pela Diretoria Regional da SEDESE de Uberaba e a contratação de uma consultoria para apoio técnico foram fundamentais para guiar o trabalho.

Havia também um desconhecimento por parte dos técnicos dos equipamentos quanto à vigilância, o que num primeiro momento foi um desafio para a incorporação da função ao SUAS em Planura, dado que todos precisavam participar do processo. Outro desafio identificado foi a inexistência de relatórios de gestão e dados de resultados relacionados aos atendimentos, situação essa que impossibilitava a elaboração de diagnósticos.

A pandemia também impôs alguns desafios próprios para o gerenciamento das ações, para a organização dos serviços e para o atendimento adequado das demandas da população, uma vez que os processos e fluxos precisaram ser reavaliados. Outras estratégias tiveram de ser desenvolvidas para compensar as fragilidades geradas pela calamidade.

A equipe da gestão de Planura indicou, como sugestão aos municípios que estão em processo de implementação da vigilância, as seguintes ações:

- 🔍 Observação do território e elaboração de diagnóstico da realidade local para orientar o trabalho;
- 🔍 Planejamento: estabelecer, com a participação das equipes, um plano de trabalho estruturado, com fluxos, processos e metas;
- 🔍 Capacitação de todos os técnicos do SUAS quanto à importância da vigilância socioassistencial.

Foi destacado, por fim, a dificuldade de se avaliar a qualidade dos serviços ofertados se não há registro dos resultados. Num cenário de escassez de recursos e de grande volume de demandas, é necessária a otimização dos recursos, mediante planejamento, monitoramento e avaliação. É um desafio determinar o que, onde e como fazer nos territórios do município, somente possível através da gestão estruturada e qualificada, como pressupõe a vigilância socioassistencial.

d. Experiências práticas do município

A primeira ação da gestão então empossada foi implantar uma cultura gerencial, na qual haveria planejamento estruturado a partir de diagnósticos, monitoramento dos serviços ofertados e dos atendimentos realizados através de registros e avaliação da qualidade das ofertas mediante os resultados apurados nos relatórios, contando com a participação de todas as equipes em todas as etapas.

Para isso, foi elaborado um cronograma de capacitações, uma agenda permanente, para alinhamento conceitual de todos: tanto sobre esse novo paradigma de vigilância implantado quanto de concepção dos objetivos e elementos da própria política da assistência social.

Uma consultoria foi contratada para assessorar na estruturação da vigilância socioassistencial. As equipes técnicas participaram da avaliação: organizaram os fluxos e processos, elaboraram um diagnóstico e estabeleceram instrumentos para registro dos resultados. O foco inicial foi nos dados sobre os territórios do município e, ao constatar fragilidade nas informações, foi realizado um mutirão para coletar mais dados e complementar os existentes. Este mutirão contou com a participação de toda(o)s a(o)s técnica(o)s e estagiária(o)s.

Foi elaborado um projeto pedagógico-político de cada serviço, com reordenamento e planejamento dos serviços, bem como com a elaboração de objetivos, ações, metas e responsáveis. A partir disso, um monitoramento sistemático dos resultados foi possível de ser realizado.

Foi desenvolvido também um diagnóstico dos territórios mais vulneráveis, pois havia a necessidade de se conhecer melhor a realidade das famílias, para ofertar serviços mais adequados às demandas. Esse diagnóstico continha os serviços implantados, os recursos disponíveis e o detalhamento do perfil populacional dos usuários das políticas públicas. O mapeamento foi incorporado ao Plano Municipal da Assistência Social de Planura, o que garantiu orientação e diretrizes para o planejamento das ações no período de vigência do plano.

Para coleta das informações que compuseram o diagnóstico, inicialmente foi utilizado pelas equipes um formulário impresso, que em seguida foi substituído por um formulário online, o que facilitou a sistematização dos dados. Foi relatado que atualmente há uma assimilação por todas as equipes do trabalho da vigilância. Todos participam do processo e compreendem suas funções, impactando positivamente nos serviços ofertados.

8) ANEXO I - REGISTRO DE ATENDIMENTO CADÚNICO – MUNICÍPIO CAPELINHA

Objetivo: coletar informações complementares sobre o usuário atendido e sua família

Metodologia: formulário online

Formulário

1. Nome do requerente _____

2. Profissão:

(Marcar uma opção dentre as listadas)

3. Data do atendimento _____

4. Sexo () Feminino () Masculino

5. Idade

() 15 a 24

() 25 a 39

() 40 a 59

() Acima de 60

6. Bairro _____

7. Zona rural () Sim () Não

8. Endereço _____

9. Solicitação:

() ATUALIZAÇÃO

() PRIMEIRO CADASTRO

() TRANSFERÊNCIA

() BLOQUEIO

() DESBLOQUEIO

() CANCELAMENTO

() DENÚNCIA

() REVISÃO CADASTRAL

() CONSULTA SIBEC

() EXCLUSÃO DE CADASTRO

() EXCLUSÃO DE CÔNJUGE

() INCLUSÃO DE CÔNJUGE

() EXCLUSÃO DE OUTROS MEMBROS

() INCLUSÃO DE OUTROS MEMBROS

10. É responsável familiar? () Sim () Não

11. Total de moradores no domicílio _____

12. Possui renda própria? () Sim () Não

13. Valor bruto da Renda própria _____

14. Origem do rendimento:

() TRABALHO FORMAL

() TRABALHO INFORMAL

() AUXILIO EMERGENCIAL

() BOLSA FAMÍLIA

() PENSÃO

() APOSENTADORIA

() SEGURO DESEMPREGO

() BPC

() AJUDA

() AUXILIO DOENÇA

15. Existe outras rendas na família? () Sim () Não

16. Origem De outros rendimentos:

() TRABALHO FORMAL

() TRABALHO INFORMAL

() AUXILIO EMERGENCIAL

() BOLSA FAMÍLIA

() PENSÃO

() APOSENTADORIA

() SEGURO DESEMPREGO

() BPC

() AJUDA

() AUXILIO DOENÇA

17. Valor bruto das outras rendas _____

18. Essa família pertence a algum grupo populacional tradicional? () Sim () Não

19. Qual?

Quilombola

Indígena

20. CRAS/UNIDADE:

MARIA BAIANA

PEDRO NOVATO

VISTA ALEGRE

PONTO CENTRAL

21. Encaminhado pelo CREAS? Sim Não

10) ANEXO III – PLANO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR - MUNICÍPIO CAPELINHA

Objetivo: coletar informações complementares sobre os usuários em acompanhamento familiar e os encaminhamentos do atendimento

Metodologia: formulário online

Formulário

1 - Identificação

1.1. Nome do responsável familiar _____

1.2. Logradouro _____

1.3. Bairro _____

1.4. NIS _____

1.5. Técnico de referência _____

1.6. Data _____

2 - Diagnóstico

2.1. Diagnóstico _____

2.2. Potencialidades:

- () Vínculo familiar forte
- () Afetividade entre pais e filhos
- () Elevada escolaridade (E.M, Técnico, Superior)
- () Membro familiar trabalhando como empregado ou autônomo
- () Inserção em SCFV
- () Participação na rede socioassistencial
- () Conhecimento e participação das políticas públicas de seu território
- () Possibilidade de geração de renda (habilidades e outras formas de renda)
- () Rede de apoio e solidariedade fortes
- () Algum membro familiar participa de atividades de esporte e lazer
- () Escolaridade adequada à idade
- () Saúde familiar boa

- () Consciência cidadã, como sujeito de direitos, participação coletiva
- () Membro familiar já em tratamento da dependência química
- () Algum membro familiar gosta da leitura
- () Algum membro familiar fazendo curso de qualificação profissional
- () Adulto na família que voltou a estudar
- () Trabalhador autônomo ou dona de casa contribuinte da previdência social;

2.3. Objetivos _____

2.4. Ações a serem realizadas

- () Orientação na Recepção
- () Atendimento em atividade coletiva de caráter continuado (Oficinas PAIF , SCFV, PCF)
- () Atendimento em atividade coletiva de caráter não continuado (Palestras, Campanhas, Ações Socioeducativas)
- () Inclusão no prontuário SUAS/CRAS
- () Atualização do prontuário SUAS/CRAS
- () Realização de visita domiciliar
- () Atendimento para acompanhamento familiar
- () Solicitação/Concessão de benefício eventual
- () Atendimento socioassistencial individual
- () Inclusão no CADÚNICO
- () Atualização do CADÚNICO
- () Reunião com famílias que participam do SCFV.

3. Recursos a serem utilizados no Território

3.1. Descrição _____

3.2. Resultados obtidos _____

4. Vulnerabilidades:

Situação	Superada	Não Superada	Não possui
doença de algum membro da família que interfira de forma significativa na dinâmica da família			
Insuficiência de renda			
Irregularidade de pensão alimentícia			
Baixa escolaridade			
Dificuldade de ingresso ao mercado de trabalho			
Vínculos comunitários fragilizados			
Vínculos familiares fragilizados			
Baixa capacitação profissional			
Administração inadequada da renda			
Analfabetismo			
Deficiência de algum membro da família			
Alcoolismo			
Desemprego			
Conflitos intrafamiliares			
Envolvimento de membros da família com drogas			
Violência ou discriminação no ambiente escolar			
Comportamento agressivo da criança/jovem			
Negligência dos pais ou responsáveis			
Gravidez infanto-juvenil			
Óbito na família			
trabalho infantil			
Membro com histórico de roubo/agressão/passagem pela polícia			
Membro da família detido			
Doença do aluno			
Falta de acessibilidade da escola (no caso de criança/adolescente com deficiência)			
Indício de abuso/violência sexual			
Vulnerabilidade temporária financeira			
Precárias condições de moradia			
Vítima de calamidade			
Inexistência de oferta de serviços de saúde próximos ao local de moradia			

5. Encaminhamentos

- () Para Serviços de Acolhimento
- () Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados à criança e adolescentes
- () Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos

- Para atualização cadastral no CadÚnico (Inclusive quando realizada nesta própria unidade)
- Para inclusão no CadÚnico (Inclusive quando realizada nesta própria unidade)
- Para o INSS, visando acesso ao BPC
- Para o INSS, visando acesso a outros direitos, que não o BPC
- Para acesso a Benefícios Eventuais
- Para acesso a documento Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc)
- Encaminhamento do CRAS para o CREAS (Marcação exclusiva para o CRAS)
- Encaminhamento do CREAS para o CRAS (Marcação exclusiva para o CREAS)
- Encaminhamento para outras unidades/ Serviços de Proteção Social Especial
- Para Centro Pop 14. Centro Dia e Similares
- Para o Programa Criança Feliz
- Para Serviços de Saúde Bucal (por exemplo: Brasil Sorridente)
- Para Serviços de Saúde Mental
- Para Serviços de Saúde voltados ao acesso de órteses e próteses para pessoas com A21:A25
- Para Unidades de Saúde da Família
- Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde
- Para Serviços de Saúde para pessoas com deficiências e pessoa idosa (órtese e prótese; habilitação)
- Para Educação - Creche e Pré-escola (ensino infantil)
- Para Educação - Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio)
- Para Educação de Jovens e Adultos (Ex: Brasil Alfabetizado)
- Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional
- Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda
- Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à intermediação de mão-de-obra
- Para acesso a microcrédito
- Para o programa BPC-Trabalho
- Para programa da área de habitação
- Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica
- Para equipamentos/ projetos e ações culturais
- Para Conselho Tutelar
- Para Poder Judiciário

11) ANEXO IV – RELATÓRIOS POPULACIONAIS E GERENCIAIS - MUNICÍPIO NOVA SERRANA

Objetivo: Extrair relatórios com informações sobre as demandas e ofertas dos territórios do município

Metodologia: Sistema GESUAS

Gestor Municipal

Imprimir



Painel Equipamentos Famílias Pessoas Atendimentos Acompanhamentos Benefícios Domicílios Mapa

Gestor Municipal

Imprimir



Painel Equipamentos Famílias Pessoas Atendimentos Acompanhamentos Benefícios Domicílios Mapa

Gestor Municipal

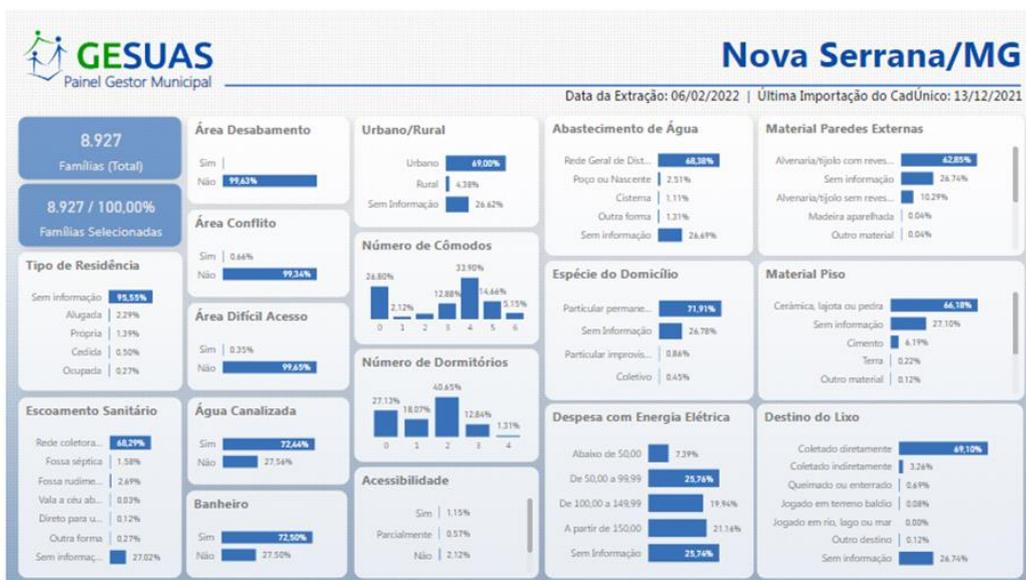
Imprimir



[Painel](#)
[Equipamentos](#)
[Famílias](#)
[Pessoas](#)
[Atendimentos](#)
[Acompanhamentos](#)
[Benefícios](#)
[Domicílios](#)
[Mapa](#)

Gestor Municipal

Imprimir



[Painel](#)
[Equipamentos](#)
[Famílias](#)
[Pessoas](#)
[Atendimentos](#)
[Acompanhamentos](#)
[Benefícios](#)
[Domicílios](#)
[Mapa](#)

12) ANEXO V – FORMULÁRIO COMPLEMENTAR AO RMA - MUNICÍPIO CAMPO FLORIDO

Objetivo: Coletar informações adicionais ao RMA

Metodologia: Formulário físico próprio

Formulário		
Histórico de situações de violência e violações de direito vivenciadas pelas famílias:		
Situação	Persistentes	Novas
Trabalho Infantil		
Exploração Sexual (Criança/Adolescente)		
Abuso/Violência Sexual (Criança/Adolescente)		
Violência Física (Criança/Adolescente)		
Violência Psicológica (Criança/Adolescente)		
Criança/Adolescente vítima de abandono		
Negligência contra criança/adolescente		
Exploração Sexual, Abuso/Violência Sexual, Violência Física ou Psicológica (Adulto)		
Violência doméstica contra a mulher		
Violência doméstica contra o homem		
Abuso/Violência Sexual, Violência Física ou Psicológica, Negligência (Idoso)		
Negligência ou Violência (Física, Psicológica ou Sexual) contra PCD		
Trajetória de Rua		
Tráfico de Pessoas		
Violência Patrimonial Contra idoso ou PCD		
Discriminação por orientação sexual		
Discriminação racial		
Outras:		
Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas:		
Tipo de MSE	Quantidade	
Advertência (Artigo 115 ECA)		
Obrigação de Reparar Dano (Artigo 116 ECA)		
Prestação de Serviços à Comunidade (Artigo 117 ECA)		
Liberdade Assistida (Artigo 118 e 119 ECA)		
Semiliberdade (Artigo 120 ECA)		
Internação (Artigo 121 a 125 ECA)		
Total de adolescentes em MSE		

De que forma a família (ou membro da família) acessou a Unidade para o primeiro atendimento?

Forma de Acesso	Quantidade
Por demanda espontânea	
Em decorrência de busca ativa realizada pela equipe	
Encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Básica	
Encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Especial	
Encaminhamento realizado pela área da Saúde	
Encaminhamento realizado pela área da Educação	
Encaminhamento realizado por outras políticas setoriais	
Encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar	
Encaminhamento realizado pelo Poder Judiciário	
Encaminhamento realizado pelo Sistema de Garantias de Direito (Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias)	
Outros encaminhamentos	

Escolaridade:

Homens fora da atividade escolar						
Não Alfabetizado	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo

Mulheres fora da atividade escolar						
Não Alfabetizado	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo

Acesso a Documento:

Certidão de Nascimento	Certidão de Óbito	Certidão de Casamento	RG	Foto	Casamento Civil	Auxílio Moradia	Passagem (Itinerante)	Passagem Interestadual
Auxílio Funeral	Auxílio Financeiro Natalidade	Kit Natalidade	Cesta Básica	Leite	Luz	Água	Gás	Cobertor

Condições de Trabalho e Rendimentos das Famílias:

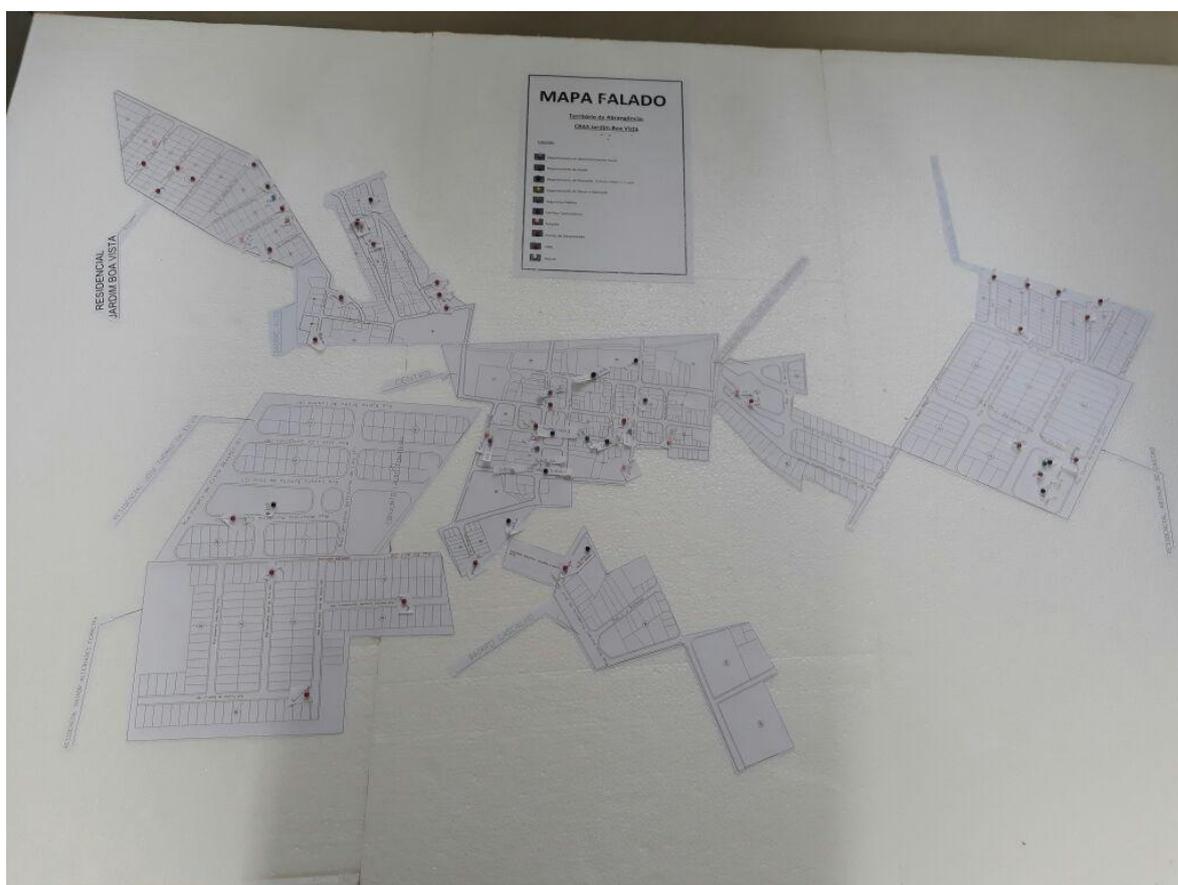
Condição de Ocupação	Quantidade
Não trabalha	
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo).	
Trabalhador temporário em área rural	
Empregado sem carteira de trabalho assinada	
Empregado com carteira de trabalho assinada	
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	
Trabalhador não remunerado	
Militar ou servidor público	
Empregador	
Estagiário	
Aprendiz (em condição legal)	

13) ANEXO VI – MAPA DOS TERRITÓRIOS - MUNICÍPIO CAMPO FLORIDO

Objetivo: auxiliar as equipes no reconhecimento do território e planejamento das ações

Metodologia: Mapa falado, com a participação dos usuários

CRAS Jardim Boa Vista:



CRAS Vila Junqueira:



14) ANEXO VII – RELATÓRIOS DE ATENDIMENTOS DOS SERVIÇOS - MUNICÍPIO CAMPO FLORIDO

Objetivo: registrar os atendimentos e monitorar e avaliar os serviços

Metodologia: Relatório próprio elaborado pela gestão

Número de Agendamento de Viagens para Uberaba:

	INSS	Defensoria Pública	Fórum (audiências e assinar livro)	Justiça do Trabalho	Outras (Caixa, Cartório Eleitoral, Casa de Proteção, Rodoviária, Penitenciária, Receita Federal, Justiça Federal, Banco para Prova de Vida)
Janeiro	17	11	8	-	5
Fevereiro	6	13	9	-	14
Março	8	16	14	-	9
Abril	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-	-
Julho	1	-	1	-	3
Agosto	-	1	1	-	9
Setembro	3	-	5	-	6
Outubro	12	1	10	-	15
Novembro	8	1	8	-	13
Dezembro	10	-	8	-	27

Número de Cestas Básicas e Vale Verdura Liberadas:

Mês	Quantidade
Janeiro	108
Fevereiro	110
Março	180
Abril	186
Maio	184
Junho	179
Julho	165
Agosto	151
Setembro	158
Outubro	178
Novembro	153
Dezembro	153

Número de Famílias Acompanhadas pelos CRAS:

Mês	CRAS Vila Junqueira	CRAS Jardim Boa Vista	CRAS Equipe Volante
Janeiro	412	116	142
Fevereiro	412	142	142
Março	425	139	142
Abril	425	146	144
Maio	428	151	147
Junho	431	150	155
Julho	436	161	158
Agosto	440	163	153
Setembro	442	165	151
Outubro	445	169	118
Novembro	453	171	117
Dezembro	457	177	117

Atendimentos Realizados Pelo CRAS Vila Junqueira em 2020

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Atendimentos Individuais	69	69	82	112	147	113
Visitas	5	5	8	1	1	5
Benefício Eventual	70	69	111	112	147	113
Descrição de benefício eventual	6 auxílios financeiro luz 2 auxílios financeiro água 3 auxílios financeiro gás 2 auxílios financeiro moradia 1 auxílio financeiro passagem 55 cestas básicas	6 auxílios financeiro luz 2 auxílios financeiro água 3 auxílios financeiro gás 2 auxílios financeiro moradia 1 auxílio financeiro passagem 55 cestas básicas	5 auxílios financeiro luz 6 auxílios financeiro água Gás= 20 Cesta básica= 76 Aluguel = 04	12 auxílios financeiro gás 97 cestas básica 1 certidão de nascimento 1 certidão de óbito 1 auxílio financeiro natalidade	5 auxílios financeiro gás 129 cestas básica 2 auxílios financeiro leite 1 certidão de nascimento	10 auxílios financeiro gás 3 auxílios financeiro água 2 auxílios financeiro luz 1 auxílio financeiro moradia 96 cestas básica 1 certidão de nascimento
Passagem População em Situação de Rua	1	1	-	-	-	-

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atendimentos Individuais	51	64	56	106	59	95
Visitas	2	20	13	6	9	8
Benefício Eventual	51	64	56	103	59	97
Descrição de benefício eventual	40 cestas básica 6 auxílios financeiro gás 2 auxílios financeiro água 3 auxílio financeiro luz	4 auxílios financeiro gás 58 cestas básica 1 auxílio financeiro água 1 auxílio financeiro moradia	1 kit natalidade 1 auxílio funeral 52 cestas básica 1 auxílio financeiro água 1 auxílio financeiro luz	1 auxílio funeral 92 cestas básica 4 auxílios financeiro água 4 auxílios financeiro luz 1 auxílio financeiro moradia 2 auxílios financeiro gás 1 auxílio financeiro leite	55 cestas básica 1 auxílio financeiro água 1 auxílio financeiro luz 2 auxílio financeiro moradia	92 cestas básica 1 auxílio financeiro água 1 auxílio financeiro luz 1 auxílio financeiro aluguel 2 auxílio funeral
Passagem População em Situação de Rua	-	-	-	-	-	-

Atendimentos Realizados Pelo CRAS Jardim Boa Vista em 2020

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Atendimentos Individuais	63	54	65	39	49	47
Visitas	17	7	3	2	2	2
Benefício Eventual	53	53	61	43	49	77
Descrição de benefício eventual	45 cestas básica 2 auxílios financeiro leite 2 auxílios financeiro luz 1 auxílio financeiro água 2 auxílios financeiro gás 1 auxílio financeiro passagem	3 certidões de nascimento 38 cestas básica 4 auxílios financeiro leite 4 auxílios financeiro luz 2 auxílios financeiro água 2 auxílios financeiro gás	1 kit natalidade 3 certidões de nascimento 2 certidões de casamento 1 auxílio financeiro natalidade 52 cestas básica 2 auxílios financeiro leite	1 auxílio funeral 1 certidão de nascimento 38 cestas básica 3 auxílios financeiro gás	1 auxílio funeral 1 auxílio financeiro natalidade 49 cestas básica 2 auxílios financeiro gás 4 cobertor	1 certidão de nascimento 1 casamento civil 1 auxílio financeiro moradia 1 auxílio financeiro natalidade 1 kit natalidade 47 cestas básica 1 auxílio financeiro água 24 cobertor
Passagem População em Situação de Rua	1	-	-	-	-	-

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atendimentos Individuais	56	55	64	58	63	52
Visitas	2	6	0	6	6	5
Benefício Eventual	60	54	55	55	44	51
Descrição de benefício eventual	1 RG 1 auxílio funeral 2 auxílios financeiro natalidade 2 kits natalidade 51 cestas básica 1 auxílio financeiro luz 1 auxílio financeiro água 1 auxílio financeiro gás	1 certidão de nascimento 2 RG 1 auxílio financeiro moradia 1 auxílio financeiro passagem interestadual 2 auxílios financeiro natalidade 3 kits natalidade 41 cestas básica 1 auxílio financeiro luz 3 auxílio financeiro gás	54 cestas básica 1 auxílio financeiro leite	2 RG 2 auxílios financeiro moradia 44 cestas básica 3 auxílios financeiro luz 1 auxílio financeiro água 3 auxílios financeiro gás	40 cestas básica 2 auxílios financeiro luz 1 auxílio financeiro gás	1 certidão de nascimento 1 kit natalidade 47 cestas básica 1 auxílio financeiro luz 1 auxílio financeiro água
Passagem População em Situação de Rua	-	-	-	1	-	-

Atendimentos Realizados Pela Equipe Volante em 2020

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Atendimentos Individuais	11	23	13	17	20	22
Visitas	2	1	2	0	0	1
Benefício Eventual	8	19	14	17	20	21
Descrição de benefício eventual	8 cestas básica	17 cestas básica 1 auxílio financeiro água 1 auxílio financeiro luz	14 cestas básica	17 cestas básica	20 cestas básica	21 cestas básica
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atendimentos Individuais	24	19	27	18	19	8
Visitas	6	2	-	1	2	0
Benefício Eventual	17	16	15	10	8	8
Descrição de benefício eventual	15 cestas 1 auxílio funeral 1 auxílio financeiro gás	16 cestas básica	14 cestas básica 1 auxílio financeiro gás	10 cestas básica	7 cestas básicas 1 auxílio financeiro passagem interestadual	8 cestas

Relação do Número de Participantes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos CRAS Vila Junqueira

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
7 a 14 anos	38	38	38	38	38	38
15 a 17 anos	8	8	8	8	8	8
18 a 59 anos	9	9	32	32	32	32
Idosos	16	16	16	16	16	16
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
7 a 14 anos	38	38	38	38	38	38
15 a 17 anos	8	8	8	8	8	8
18 a 59 anos	32	32	32	32	32	32
Idosos	16	16	16	16	16	16

Relação do Número de Participantes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos CRAS Jardim Boa Vista

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
7 a 14 anos	16	16	16	16	16	16
15 a 17 anos	2	2	2	2	2	2
18 a 59 anos	18	18	18	18	18	18
Idosos	18	18	18	18	18	18

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
7 a 14 anos	16	16	16	16	16	38
15 a 17 anos	2	2	2	2	2	8
18 a 59 anos	18	18	18	18	18	32
Idosos	18	18	18	18	18	16

Total dos Atendimentos realizados em 2020:

Pessoas atendidas com viagens para acesso a serviços não existentes no município	228
Média de famílias acompanhadas pelos CRAS	694
Usuários no SCFV	125
Atendimentos individuais	1909
Visitas domiciliares	167
Total de benefícios eventuais concedidos	2062
Detalhamento dos benefícios eventuais concedidos	
Cesta básica	1905
Auxílio financeiro para pagamento de água	30
Auxílio financeiro para pagamento de luz	41
Auxílio financeiro para pagamento moradia	18
Auxílio financeiro para compra de leite	10
Auxílio financeiro para passagem interestadual ou intermunicipal	5
Auxílio financeiro natalidade	8
Kit natalidade	11
Auxílio funeral	8
Acesso a documentos	22
Passagem população itinerante	4



**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**